

**PROCESSO** - A. I. Nº 298958.0042/21-9  
**RECORRENTE** - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 1ª CJF nº 0094-11/23-VD  
**ORIGEM** - DAT NORTE / IFEP NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 16/11/2023

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL****ACORDÃO CJF Nº 0294-11/23-VD**

**EMENTA:** ICMS. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. INEXISTÊNCIA. É inegável que constitui requisito para a admissibilidade do Pedido de Reconsideração da Decisão da Câmara de Julgamento Fiscal, que reformou o mérito a da Primeira Instância, em Recurso de Ofício, e que assim, evidencie matéria de fato ou fundamento de direito não apreciado na ocasião do Julgamento. Tais condições não ocorreram no caso concreto. Mantida a Decisão recorrida. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime

**RELATÓRIO**

Trata-se de Pedido de Reconsideração apresentado contra a Decisão da 1ª CJF (0094-11/23-VD) que julgou pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário apresentado e a 2ª JJF Nº 0124-02/22-VD, proferiu decisão pela Procedência Parcial do Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 28/06/2021, que lançou ICMS no valor 80.031,80, acrescido de multa, referente aos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme fls. 1/20, em razão de 09 infrações à legislação do ICMS, todas analisadas no Recurso Voluntário.

Às fls. 30 a 44 dos autos, o autuado apresenta sua defesa, e o autuante apresenta a informação fiscal às fls. 81/97, reconhecendo que procede parcialmente a defesa do contribuinte, elaborando novos demonstrativos em CD, à fl. 99, reduzindo o auto de infração para R\$ 62.351,83. O autuado se manifestou da informação fiscal às fls. 101/104, tendo o autuante apresentado contestação a defesa às fls. 110/118, mantendo o valor do auto em 62.351,83. A 2ª JJF, em 13/07/2022, julgou o auto procedente em parte reduzindo o valor para R\$ 37.046,94, acrescido de multa de 60%, restando disposto da seguinte forma:

	<i>Infração</i>	<i>Valor Lançado</i>	<i>Valor Julgado</i>	<i>Resultado</i>
<b>01</b>	001.002.002	610,04	610,04	PROCEDENTE
<b>02</b>	001.002.006	20.111,76	7.970,72	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>03</b>	001.002.026	9.801,73	7.353,87	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>04</b>	001.002.041	7.328,03	5.088,38	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>05</b>	002.001.003	17.783,99	9.063,32	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>06</b>	003.002.002	21.262,14	6.960,61	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>07</b>	016.001.001	781,32	674,61	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>08</b>	016.001.002	1.439,36	1.343,65	PARCIALMENTE PROCEDENTE
<b>09</b>	016.001.003	913,01	913,42	PROCEDENTE
	<b>Total</b>	<b>80.031,30</b>	<b>39.978,62</b>	

O recorrente ingressou com o Recurso Voluntário às fls.157/163 e a 1ª CJF proferiu decisão pelo Provimento Parcial (fls.170/183) ficando disposto da seguinte forma:

<i>INFRAÇÃO</i>	<i>ICMS</i>	<i>MULTA FIXA</i>	<i>MULTA %</i>
1	R\$ 610,04	R\$ -	60%
2	R\$ 4.479,49	R\$ -	60%
3	R\$ 5.561,85	R\$ -	60%
4	R\$ 5.088,38	R\$ -	60%
5	R\$ 9.063,32	R\$ -	60%
6	R\$ 6.960,61	R\$ -	60%
7	R\$ -	R\$ 674,61	-
8	R\$ -	R\$ 1.343,65	-
9	R\$ -	R\$ 913,42	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 31.763,69</b>	<b>R\$ 2.931,68</b>	-

A advogada tempestivamente apresenta pedido de reconsideração, fls. 195/197, onde tece sobre a